

Moções aprovadas no 68º Coneg da UNE

1 - MOÇÃO CONTRA O FECHAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DA UNISINOS

A Unisinos, uma das mais tradicionais instituições comunitárias do Rio Grande do Sul e do Brasil, anunciou essa semana o fechamento de 12 PPGs (Programas de Pós Graduação) que irão gerar a demissão de dezenas de docentes e a perda de investimentos internacionais nos programas. Dentre os programas que sofreram fechamento, estão muitos que são referências nacionais e internacionais possuindo alta nota de avaliação da Capes. É revoltante que a pesquisa e a ciência do nosso país sejam tratadas dessa forma e que a instituição ignore toda a contribuição e coloque em risco o futuro da ciência brasileira ao tomar uma decisão como essa. #PPGsFicam (UJS)

2- LUTAR POR COMER NÃO É CRIME: MOÇÃO DE REPÚDIO À CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA NA UFSCAR

Em 2018 os estudantes da UFSCar se depararam com um grande ataque promovido pela reitoria da época. Em meio aos cortes orçamentários da Educação, promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro, o Restaurante Universitário aumentaria o valor de suas refeições de R\$1,80 para R\$4,20, elevando em 133% o preço das refeições.

Para uma universidade que foi pioneira em cotas sociais e raciais, isso representou uma séria escolha por parte da instituição em deixar parte dos seus estudantes passando fome enquanto se esforçavam para concluir seus estudos. Assim, o movimento estudantil participou das reuniões dos conselhos universitários, organizou manifestações para dialogar com a sociedade, realizou grupos de estudos e conseguiu comprovar não apenas que o aumento do preço das refeições não contribuiria em nada com as contas da Universidade, como também que essa medida não tinha nenhum apelo junto à comunidade universitária.

Mesmo assim, o aumento do preço das refeições foi realizado por uma reitoria que nunca se dispôs a dialogar com a comunidade universitária, que desrespeitou todos os espaços democráticos internos e realizou reuniões de portas fechadas. A antiga gestão da reitoria passou longos quatro anos aprovando cortes e desmantelando direitos, comprovando um total alinhamento com o governo de Bolsonaro.

A resposta dos estudantes diante do aumento do preço das refeições foi ocupar coletivamente o prédio da reitoria, buscando comprovar que os estudantes eram contrários à medida e que reivindicavam o não aumento do preço. Com dois dias de ocupação, os estudantes foram surpreendidos com a chegada de oficiais de

justiça e da polícia, um fato inédito na história desta universidade, que se construiu como referência nacional na defesa e luta pela democracia.

Cinco anos depois, o processo se encerra punindo sete estudantes com uma multa de R\$ 77 mil. O direito à alimentação virou caso de polícia por uma gestão autoritária, alinhada ao neofascismo bolsonarista. Lutar por comer não deve ser crime, e devemos seguir vigilantes para que nenhum caso como esse se repita em nosso país.

Saiba como contribuir:

As contribuições podem ser feitas via PIX (celular) 16996353901 ou por transferência bancária para o Banco do Brasil, agência 3062-7, conta corrente 106059-7.

(Levante)

3- MOÇÃO CONTRA A LEI COMPLEMENTAR 194/2022 QUE LIMITA O ICMS E REDUZ O ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

As Universidades Estaduais possuem como maior fonte de receita orçamentária o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços pelos seus respectivos Estados. A sanção pelo Presidente Jair Bolsonaro da Lei Complementar Federal 194/2022 que reduz os valores a serem cobrados do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes coletivos de 25% para 18% é uma tentativa inócua de redução dos preços dos combustíveis já que mantém o Preço do Petróleo vinculado ao preço internacional em dólar com a Política do Preço Paridade de Importação.

A medida deve reduzir apenas R\$0,50 o preço do litro dos combustíveis, enquanto também reduz os Orçamentos da Saúde e da Educação, um completo contrassenso principalmente após a crise pandêmica. Revela-se, portanto, os limites da eficiência dessa política, seus malefícios que atingirão todo o povo brasileiro e, dentro das universidades, especialmente os estudantes mais pobres. Defender os orçamentos das universidades é fundamental para permitir uma ampliação das políticas de assistência estudantil para efetivar a política de cotas garantindo as condições necessárias aos estudantes permanecerem na universidade para se formar. Pela revogação da Lei Complementar 194/2022!

(Juntos)

4- A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO É O MUNDO QUE A GENTE QUER

No retorno às salas de aula presenciais, as mulheres não encontraram em suas Universidades um ambiente seguro. Com o acirramento da violência contra a vida durante a Pandemia, tensionada pelo neoliberalismo e o fascismo no Brasil, as Universidades expressaram esse momento de barbárie e avanço do

conservadorismo e violência patriarcal sobre nossos corpos, sexualidades, territórios e vidas.

Só nesse último mês, as estudantes da UnB denunciaram um assédio sexual no banheiro feminino do Instituto Central de Ciências, e dois casos de estupro na faculdade de educação. E no final deste mês, algumas estudantes da UFRN também denunciaram casos de assédio sexual e moral, sendo um destes por parte de um professor substituto. A estudante que fez a denúncia está sendo perseguida e teve a bolsa do projeto cortada, sendo desacreditada e culpabilizada inclusive pela própria gestão da universidade.

Com isso, Bolsonaro tenta colocar na conta das Universidades Federais as constantes violências que temos sofrido, como no caso de estupro do médico anestesista que estuprava suas pacientes durante o parto, Bolsonaro declarou “que ele aprendeu isso nas universidades”. Bolsonaro sim é um representante e legitimador da violência, e responsável pela barbárie que estamos vivendo no Brasil.

As mulheres estudantes não querem mais conviver com a violência nas salas de aula, nos campi universitários, no cotidiano da universidade e nem em suas vidas. As universidades precisam ser um espaço seguro, ferramenta de combate às opressões e violências do patriarcado, e não reproduzir no dia a dia das nossas estudantes as violências que nós mulheres já enfrentamos no cotidiano das nossas vidas. Chega de violência!

(DS)

5- MOÇÃO EM DEFESA DO LEGADO DE PAULO FREIRE

No ano passado Paulo Freire, nosso patrono da educação brasileira completou 100 anos. Seu legado permanece atual e extremamente importante para a formulação de um novo tipo de educação e construção de uma educação libertária, crítica e emancipadora. É dever do movimento estudantil, ainda mais nesse momento de progressivos ataques à educação e aos direitos sociais, defender o legado de Paulo Freire para fazer recuar o programa neoliberal e conservador de Bolsonaro para a educação.

Em agosto de 2021 o Fórum Nacional Popular de Educação organizou o Centenário de Paulo Freire em Recife-PE, foi um espaço fundamental para o movimento educacional reorganizar as principais pautas da educação brasileira. A partir dessa composição com diversas entidades da educação, incluindo a UNE, e movimentos sociais que compõem o FNPE, o saldo tirado foi extremamente positivo no sentido de projetar para os fóruns e conselhos de educação municipais e estaduais uma grande participação de trabalhadores e trabalhadoras da educação e estudantes. Essa construção resultou na CONAPE 2022, espaço que formulou elementos propositivos para a construção de um programa para a educação brasileira envolvendo as principais pautas do movimento educacional como a defesa

e o monitoramento do Plano Nacional de Educação para organizar o Sistema Nacional de Educação, a revogação da EC 95, da reforma da previdência e trabalhista, entre outras pautas fundamentais da educação. A CONAPE 2022 marca um novo momento da educação brasileira, na defesa do legado de Paulo Freire, centenas de lutadores e lutadoras por uma educação pública, gratuita, popular, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada, estabelecem as prioridades para a educação do país para os próximos anos e colocam a importância de apoiar candidatos e candidatas que defendem a educação.

Nesse sentido, os delegados e delegadas presentes no 68º CONEG da UNE manifestam sua homenagem e defesa do legado de 100 anos de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, reafirmando a luta por uma sociedade onde a educação seja instrumento para a construção de um novo mundo emancipado, fraterno, justo e livre de explorações e opressões!

Paulo Freire, Presente!
(DS)

6- ENEGRECER AS UNIVERSIDADES E TRANSFORMÁ-LAS EM QUILOMBOS

#EuDefendoAsCotas

Desde a segunda metade do século XIX, quando as discussões sobre a abolição da escravidão já ganhava a opinião de vários brasileiros não-escravizados, havia um setor muito poderoso e influente denominado conservadores. Esse setor foi o único que durante a votação pelo fim da escravidão se colocou contra a liberdade de milhares de pessoas negras. Além disso, conseguiram aprovar medidas de recompensação pela perda de suas “propriedades” - os escravizados – desconsiderando a verdadeira necessidade de indenização aos negros recém-libertos.

Por aproximadamente quatro séculos imperou o modelo econômico escravista colonial, um modelo profundamente racista baseado na intensa expropriação e demolição de corpos negros para o acúmulo de riquezas. Enquanto os filhos dos senhores de escravos tinham acesso às universidades, o povo negro era privado de ter acesso a educação e trabalhavam continuamente nos campos de cana de açúcar e cafezais, dessa forma, a ocupação da educação formal, do conhecimento científico e das profissões que requerem título de ensino superior, que deveria ser um direito geral, na prática, significou mais um privilégio para as elites brasileiras.

Levou mais de 100 anos para que a sociedade brasileira avançasse no reconhecimento das desigualdades raciais promovidas pelo escravismo colonial e pela abolição inconclusa e ainda hoje, precisamos nos colocar na defesa de direitos para todos, tendo em vista que uma parcela da população ainda se coloca contra a aquisição de direitos, por parte dos que sempre foram excluídos dos espaços de poder, como quilombolas e indígenas, negros, pessoas com deficiências e etc. As cotas raciais aprovadas no congresso em 2012, à revelia da vontade dos

conservadores, representaram uma importante iniciativa pública e efetiva de combate ao racismo nesse país. Agora, com apenas uma década de sua execução, os mesmos setores que foram contra a libertação das pessoas escravizadas no século XIX, se voltam contra a lei que visa a expansão da participação de pessoas negras na academia.

Neste ano de 2022 a lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente como “Lei de cotas” (Ações Afirmativas), sancionada durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff completará dez anos de que atua de forma crucial para desenvolvimento fundamental no processo de reparação histórica, social e econômica vivida no Brasil. Antes desta lei, o país presenciava uma enorme desigualdade no ensino superior, em 1991, por exemplo, negros/as eram apenas 1% e 1,5%. Já em 2019, passaram para cerca de 50,3% (IBGE).

O ano de 2012 passou a ser também um marco para nossa luta, com muita mobilização social e institucional, onde acumulamos muitas vitórias. Mas antes, no início da década de 2010, tivemos as primeiras instituições de ensino superior a implementar as políticas de ações afirmativas pela modalidade de cotas raciais nos processos para o ingresso nas universidades, como por exemplo Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

É nítido que as cotas pintaram as universidades de povo, entretanto, precisamos avançar ainda mais e construir uma intensa agenda de mobilizações, debates com estudantes, sociedade civil, autoridades e principalmente o movimento negro dos territórios. Como contribuição do movimento estudantil brasileiro para organizar setores acadêmicos e populares para resistir a mais uma afronta aos direitos principalmente da nossa juventude. Por isso, vamos ocupar as universidades e fazê-la nosso quilombo de resistência com a pauta central para vida da juventude negra para continuar pintando a universidade com a cara e a cultura do povo brasileiro.

É fundamental que nos articulemos para avançar nesse momento de reavaliação da Lei de Cotas e das políticas públicas de ações afirmativas, assim queremos que a política seja aprimorada, garantindo, além do ingresso, assistência estudantil para os estudantes cotistas terem condições dignas de permanecerem na universidade.

Além disso é necessário implementar as cotas raciais e sociais para os cursos de Pós-graduação das universidades públicas e Instituições Federais. E que o Estado brasileiro realize um acompanhamento permanente desta política através da criação de um Observatório Nacional de Ações Afirmativas, que contribua na formulação constante e avaliação profunda dessa política visando melhorias.

Também é importante fazermos a defesa da implementação das bancas de heteroidentificação para combater as fraudes e assegurar a efetividade da lei de cotas e das ferramentas que garantem a permanência desses estudantes cotistas nas universidades.

Cabe lembrar que assim como a abolição não se fez pela benesse dos senhores e demais membros da elite brasileira, a conquista das cotas também não foi. Sendo assim, a sua permanência, para continuação da democratização dos espaços de poder, também não será protagonizada pelos donos do poder. Os conservadores, herdeiros do poder originado no escravismo, deverão recuar diante da força do movimento negro e demais organizações sociais que lutam por equidade social e racial.

Ainda há muito que avançar, a nível de políticas públicas, para quitar a dívida histórica que o Brasil possui com a população negra. A extrema direita que hoje ocupa o centro do poder político, além de não implantar novas políticas antirracistas, busca incessantemente impedir a permanência das políticas de combate ao racismo já conquistados. Essa postura denuncia o racismo estrutural em que vivemos, e nos coloca o desafio grandioso de não apenas lutar pela inclusão de pessoas negras no campo legal, mas também pela construção de uma verdadeira revolução democrática, popular antirracista e antipatriarcal.

(DS)

7- MOÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA: MARCELO ARRUDA, PRESENTE!

Há algum tempo, o Brasil enfrenta uma escalada das ações diretas de violência contra as forças progressistas. Da truculência policial celebrada pelo Estado, ao assassinato cometido pelas mãos de cidadãos manipulados por Bolsonaro e em posse de uma arma. O mesmo ódio que motivou a morte de Marielle, Mestre Moa, Dom, Bruno e tantos outros fez mais uma vítima. Esse ódio nada mais é que a herança do regime militar sangrento que marcou a história do Brasil, ditadura essa que levou Edson Luís, Olga Benário, Luís Carlos Prestes, Marighella e vários companheiros e companheiras que se dispuseram a lutar por direitos básicos.

Mais um companheiro foi levado, vítima da intolerância, do ódio e da violência política. Durante a celebração de seu aniversário de 50 anos, Marcelo Arruda foi assassinado com três tiros ao som de “aqui é Bolsonaro”, por um policial penal embalado pelo incentivo do presidente da República à truculência e à morte. O ódio à democracia leva o bolsonarismo à barbárie escancarada, inclusive na Câmara dos Deputados na ocasião da votação do golpe de 2016, onde o então deputado Jair Bolsonaro exaltou o torturador Ustra.

A celebração dessa ditadura se faz mais atual do que nunca no governo Bolsonaro, da celebração de generais torturadores, à pedidos de volta do Ato Institucional nº 5, o presidente e sua máquina bolsonarista praticam tudo aquilo que prometeram durante a campanha eleitoral de 2018.

A UNE nunca se furtou do posicionamento em tempos de violência e escalada da barbárie. Tendo tido seus próprios diretores perseguidos pelo regime militar, hoje assiste cada vez mais lideranças políticas sendo tiradas de nossas trincheiras de luta. Ontem foi Marielle Franco, hoje Marcelo Arruda. Eles querem

que o amanhã reserve o medo e nossa luta é para que não haja uma próxima vítima. Não seremos parados pelo medo.

Aqueles que foram levados, se foram por pregar o sonho de um mundo novo, pautado pela construção de políticas públicas que alterem definitivamente o cenário que vivemos. A União Nacional dos Estudantes precisa embarcar, fomentar e evidenciar uma Campanha Nacional contra a Violência Política. Que nossos mortos não sejam apenas mártires, mas sejam expoentes de uma mensagem de esperança. Os estudantes pedem paz!

(ParaTodos)

8 - MOÇÃO DE DENÚNCIA DAS CHACINAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

No dia 21 de julho de 2022, aconteceu mais uma chacina no estado do Rio de Janeiro. O Complexo do Alemão passou por mais um dia de terror terminou com ao menos 19 mortos e abalou os 200 mil moradores do território. Pouco mais um ano, foi o tempo que Cláudio Castro (PL) - que utiliza a política de morte para tentar a reeleição - precisou para realizar três das cinco maiores chacinas da história do Rio de Janeiro. Essa operação acontece muito similar a maior chacina do estado do Rio, a do Jacarezinho, onde após a morte de um policial, a morte impera no território.

Essa política bolsonarista do atual governador do RJ acostumou a população a viver num "Rio" de sangue todos os dias e não se indignar com isso, e em muitos casos procurar justificativa para as mortes, seja baseada na política de guerra as drogas, seja baseada em fake news sobre os mortos.

Esse projeto de (in)segurança pública é baseado no sangue negro, pobre e periférico, a partir de uma política genocida que criminaliza esses corpos e opera a morte. Essa suposta guerra às drogas e à criminalidade, na verdade é uma guerra ao corpo negro, pobre e periférico, mostrando como muito bem indica Emicida que "existe pele alva e pele alvo".

O 68º CONEG da UNE se soma às denúncias e manifestações dos movimentos negros e de favela e aponta a urgente tarefa de superarmos essa política genocida.

(JSM)

9- MOÇÃO DE REPÚDIO A ATAQUES RACISTAS

O 68º CONEG da UNE repudia os ataques racistas endereçados à Leonardo Péricles, pré candidato à Presidência da República pela Unidade Popular pelo Socialismo. As mensagens como "preto nojento", "A raça preta deveria ser expulsa das cidades e empurrada de volta para a selva" expressa o ódio ao povo negro e o racismo estrutural de nossa sociedade.

O governo fascista de Bolsonaro incentiva o racismo e demais crimes de ódio contra a maioria da população. 75,9% das vítimas da violência policial é contra as

pessoas negras, o povo preto está nas piores áreas de moradia e ocupam os piores espaços de trabalho.

O ataque a Léo Péricles é uma das expressões do racismo que não admite os negros trabalhadores no espaço de poder. Não nos calaremos!

10 - 11 DE AGOSTO NAS RUAS: O BRASIL SE UNE EM DEFESA DE ELEIÇÕES LIVRES, DA DEMOCRACIA E PELO FORA BOLSONARO

Historicamente os estudantes brasileiros nunca se furtaram da luta em defesa da democracia. Não é atoa que uma das primeiras ações dos ditadores militares em 1964 foi incendiar a sede da UNE na praia do Flamengo no Rio de Janeiro. Bem como, em diversos momentos da história a UNE nunca deixou de estar na linha de frente na defesa da democracia brasileira.

Por tanto, diante das ameaças de Bolsonaro à democracia brasileira e ao processo eleitoral, através do questionamento às urnas eletrônicas e todas as consequências de seu governo - os cortes na educação, a fome, o desemprego, a crise econômica, o genocídio do povo preto, entre tantos outros graves ataques - o 68 CONEG e a União Nacional dos Estudantes convoca todos os Centros Acadêmicos, DCEs, UEEs e estudantes no geral para uma mobilização nacional no 11 de Agosto.

Será a partir da nossa luta e do enfrentamento antifascista que nossas universidades poderão se unificar para conseguir defender o ensino público e o Brasil. Bolsonaro já mostrou que os estudantes são seus inimigos centrais e por isso nossa resposta tem que ser a altura.

Convocamos para que em toda cidade, universidade, escola e instituto comecemos a organizar o 11 de Agosto como nossa forma de fazer esse enfrentamento! É o movimento estudantil mais uma vez que vai mostrar para Bolsonaro que não vamos aceitar mais ele e seu projeto.